



1 **ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).**

2 Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, as quatorze horas, em formato  
3 presencial, no Centro de Formação Continuada – Rua Esteves Júnior, nº 280 – Centro –  
4 Florianópolis/SC, foi realizada a 100ª Reunião Ordinária do CMHIS, da qual participaram os  
5 conselheiros: Maria Ester Schorn Harb (SMDU/HIS); Caroline Pereira da Silva Nunes  
6 (FLORAM); Julian Reciere Riquel dos Santos (IPUF); Eduardo Antonio Florindo (SMCAM);  
7 Patrícia I. Alves (SEMAS); Telma de Oliveira Pitta (SMDU/Urb. e Serv. Públicos); Rodolfo  
8 Estácio Costa (PGM); Sílvia Eloisa Grandó Águila (SMS); Guilherme Santos de Farias  
9 (IAB/SC) e Pedro Schultz Fonseca Baptista (CAU/SC); Maria do Carmo Silva (Região Norte  
10 da Ilha); Márcio Miguel Sodrê (Região Leste da Ilha); Adriana Chagas (Região Sul da Ilha);  
11 Leide Sayuri Ogasawara (Região Centro Ilha); Lizete Contin (Região Continental) e Angela  
12 Maria Liuti (UFECO), representando quinze (15) entidades. Também estiveram presentes:  
13 Sheylla Cristina Guedes Pereira/Maçan Guedes (Amov Bom Jesus); Lenir Maciel Marczak  
14 (AMPN); Sulimar Vargas Alves (UFECO); Tobias Grisa, Kelly Cristina Vieira e Ana Clara  
15 Almeida Stock Franzoni, (SMHDU/PMF); Emanuelli Korc Gomes (Estudante) e Paulina Korc  
16 (secretária do Conselho), somando um total de vinte e três (23) participantes. A Presidente,  
17 **Maria Ester Schorn Harb**, conduziu a 100ª Reunião Ordinária do CMHIS. Inicialmente,  
18 cumprimentou a todos e agradeceu pelo compromisso e participação de cada conselheiro.  
19 Na sequência, convidou a todos a se apresentarem considerando a participação de novos  
20 conselheiros, eleitos nas plenárias públicas e outros indicados pelas entidades  
21 governamentais. Posteriormente, foram homologadas as justificativas de ausência dos  
22 conselheiros: Juliana Hartmann Gomes (SMHDU/Habitação); Gustavo Bulcão Vianna  
23 Rodrigues (SINDUSCON); Joanir Maria Neves de Souza (OSCIP Moradia e Cidadania SC);  
24 Roseane Lucia Panini (Região Sul da Ilha); Cíntia Cruz (Região Continental). Dando  
25 prosseguimento à reunião, **Maria** colocou em apreciação a ata da 99ª Reunião Ordinária  
26 realizada no dia 15/06/2023, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, **a**  
27 **Presidente** convidou a assistente social da Superintendência de Habitação/SMHDU, Kelly  
28 Cristina Vieira, para que realizasse a apresentação do Programa de Desenvolvimento  
29 Urbano - Floripa para Todos/BID. Fazendo uso da palavra, **Kelly Cristina**, inicialmente  
30 discorreu sobre as tratativas que estão sendo realizadas, de forma intensiva, entre a  
31 Prefeitura de Florianópolis e representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento –  
32 BID. Também salientou a importância do Conselho Municipal de Habitação de Interesse  
33 Social (CMHIS), do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e do Plano  
34 Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) o qual retrata, dentre outros dados, o



35 déficit habitacional quantitativo e qualitativo do Município de Florianópolis. **Kelly Cristina**  
36 também discorreu sobre os seis Programas de Ações elencados no PMHIS, os quais indicam  
37 a modalidade de atendimento a ser desenvolvida, frente a necessidade, bem como as 17  
38 (dezesete) Ações de atendimento a ser viabilizado, articulando atribuições de agentes de  
39 coordenação, operação, financeiros e de promoção habitacional. Em sua apresentação,  
40 **Kelly Cristina** discorreu sobre a tabela de hierarquização e priorização das intervenções nas  
41 64 (sessenta e quatro) áreas de interesse social do município e o respectivo grau de  
42 prioridade: alta, média e baixa, constantes no PMHIS. Dando sequência à apresentação,  
43 **Kelly** tratou sobre o Programa de Desenvolvimento – BID que tem como objetivos: 1)  
44 Soluções Habitacionais e Urbanísticas; 2) Melhoria da Infraestrutura Urbana e Mobilidade; 3)  
45 Requalificação Integral do Centro Histórico; 4) Gestão Territorial e Segurança Urbana. A  
46 demanda prioritária do Programa é atender: Famílias em áreas de risco e reassentamento;  
47 Famílias decorrentes de ações judiciais com decisão final de remoção; Demanda aberta com  
48 critérios a serem definidos pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de  
49 acordo com a política habitacional do município. O Programa prevê desenvolver 03 (três)  
50 projetos habitacionais na Região Centro Insular; 04 (quatro) na Região Continental; 04  
51 (quatro) na Região Sul, e 03 (três) na Região Norte, totalizando 2.064 (duas mil e sessenta e  
52 quatro) unidades habitacionais. Dentre as comunidades a serem atendidas estão previstas:  
53 Vila do Arvoredo, Vila Esperança e Morro do Horácio. Em sua apresentação, **Kelly Cristina**  
54 ressaltou que as tratativas com os representantes do BID estão ocorrendo de forma contínua  
55 e intensiva. Salientou que à medida que houver novas informações, o Conselho tomará  
56 conhecimento. Concluída a apresentação, inúmeros conselheiros solicitaram  
57 esclarecimentos. **Lizete** fez uso da palavra, destacando a necessidade de retomar o diálogo  
58 com a Comunidade Vila Aparecida, considerando o posicionamento de alguns  
59 representantes que, em nome da comunidade, não aceitaram o projeto. **Lizete** enfatizou que  
60 a comunidade carece de infraestrutura e algumas habitações estão em situação bastante  
61 precária. **Guilherme** salientou a necessidade de dialogar sobre o aluguel social,  
62 considerando que, segundo informações do conselheiro Gustavo do Sinduscon, no Centro de  
63 Florianópolis há aproximadamente 120 (cento e vinte) imóveis desocupados e/ou  
64 abandonados. Salientou que alguns prédios são da administração pública, os quais poderiam  
65 ser avaliados e, por que não, utilizados para moradia popular. Outra questão abordada pelo  
66 Guilherme é a dissociação entre Município e Conselho, pois o Conselho não debate os  
67 programas do Município. O Conselho vê uma apresentação preparada pelo Município e fica  
68 nisso. O Município não fomenta a participação do Conselho e, por isso, **Guilherme**



69 questionou o papel do Conselho. Enfatizou que o Conselho precisa ter uma função mais ativa  
70 e não ser apenas para atender uma questão legal do Sistema Nacional de Habitação de  
71 Interesse Social. O conselheiro disse ainda que o Conselho pode ajudar muito o Município,  
72 neste sentido, enfatizou a necessidade de ter recursos no Fundo Municipal de Habitação de  
73 Interesse Social. Na oportunidade, salientou a previsão de obter recursos oriundos da  
74 outorga onerosa que, atualmente são depositados no Fundo Municipal de Desenvolvimento  
75 Urbano e que, percentual deste deveria ser destinado ao FMHIS, o que não acontece até o  
76 momento. **Kelly** salientou que a Câmara de Vereadores não regulamentou muitos  
77 instrumentos do Estatuto da Cidade. **Guilherme** salientou que poderia ser trabalhada  
78 também a Assistência Técnica junto aos prédios desocupados e/ou abandonados. **Kelly**  
79 disse que cabe ao Conselho propor, fiscalizar, cabendo a execução ao Município. Quanto a  
80 locação social, disse que a equipe técnica da habitação está discutindo esta questão,  
81 salientando que, caso seja implantado, a gestão não será executada pelo Município e sim por  
82 empresa contratada. **Guilherme** disse que a Câmaras de Vereadores poderia promover um  
83 evento sobre locação social convidando instituições para trazer partilhar suas experiências  
84 de sucesso e os desafios encontrados para ampliar nosso leque de informações. **Angela** fez  
85 uso da palavra salientando que o papel do conselheiro precisa ser muito mais ativo e  
86 propositivo. Destacou que este debate precisa ser retomado em outro momento. Sugeriu a  
87 criação de um Grupo de Trabalho (GT). Em relação a elaboração de projetos, **Kelly** informou  
88 que as áreas que já eram do Município e tem projeto, a arquiteta Juliana Hartmann irá revisá-  
89 los. Em relação aos demais terrenos, a Gerência de Habitação/SMPIU será responsável  
90 pelos projetos. **Guilherme** sugeriu que o Município faça concurso público de projetos, ao que  
91 **Kelly** disse que o Município está pensando esta alternativa. **Lizete** se manifestou salientando  
92 que a Comunidade Vila Aparecida tem muita habitação precária e carece de infraestrutura.  
93 Inclusive muitas famílias recebem ajuda para poder se manter. **Lizete** salientou que a  
94 comunidade tem ciência que há interesse de empreiteiras e construtores em construir no alto  
95 da comunidade um condomínio. **Lizete** lamentou que muitas pessoas estão comprometidas  
96 com estas empresas. Na oportunidade, recomendou que o Município proporcionasse um  
97 novo momento parava Comunidade Vila Aparecida, chamando as lideranças de fato, porque  
98 elas querem e precisam de habitação, suas casas estão bem precárias e com risco alto de  
99 desabamento. **Kelly** respondeu a recomendação da Lizete que agora deve haver um  
100 movimento da comunidade para que se reiniciem conversas sobre manter o projeto na Vila  
101 Aparecida. Disse ainda, que houve equívocos do Município ao divulgar na imprensa  
102 informação prestada por um grupo de arquitetos do urbanismo que tinha uma proposta de até



103 400 (quatrocentas) unidades habitacionais (apartamentos) além de locação social na Vila
104 Aparecida. A assistente social afirmou que a Secretaria de Habitação tem um projeto
105 habitacional para a Comunidade o qual está sendo revisado para adequar à realidade atual.
106 Disse ainda que, na comunidade existe uma comissão 'Prédio não' a qual rejeita qualquer
107 proposta habitacional, defendendo a implantação de área de lazer, campo sintético e praça.
108 Lizete enfatizou a necessidade de retomar a discussão junto aos moradores que necessitam
109 do projeto e se dispôs a mobilizar a comunidade para defender e levar o empreendimento à
110 comunidade. Maria Ester enfatizou que um grupo de moradores falou pela comunidade e as
111 pessoas que precisam não tiveram espaço para se manifestar. Em relação aos imigrantes
112 e/ou migrantes que recentemente optaram por residir em Florianópolis, Kelly rememorou que
113 o Conselho estabeleceu o critério Tempo de Moradia no Município, que precisa ser
114 respeitado. Em relação ao projeto habitacional, Kelly informou que todas as benfeitorias
115 serão avaliadas por uma equipe técnica para abater no valor do financiamento da nova
116 moradia. Finalizado este ponto de pauta e, considerando que não houve tempo hábil para
117 abordar todos os itens da pauta, Paulina propôs aos conselheiros o agendamento de reunião
118 extraordinária, a qual ficou deliberada para o dia 26 de julho de 2023, às 14 horas, no
119 formato online. Sendo assim, a Presidente Maria Ester Schorn Harb encerrou a reunião e
120 eu, Paulina Korc, redigi a presente ata.

100ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
DIA: 20 de julho de 2023
HORA: 14 às 16 horas
LOCAL: Rua Esteves Júnior, nº 280 - Centro - Florianópolis.
LISTA DE PRESEÇA
Table with columns: INSTITUIÇÃO, NOME, ASSINATURA

100ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
DIA: 20 de julho de 2023
HORA: 14 às 16 horas
LOCAL: Rua Esteves Júnior, nº 280 - Centro - Florianópolis.
LISTA DE PRESEÇA
Table with columns: INSTITUIÇÃO, NOME, ASSINATURA